# DESIGUALDADES E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES VENEZUELANOS INTERIORIZADOS NO BRASIL: UM RETRATO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO INTERIOR FLUMINENSE

# RESUMO

A pesquisa busca debater o difícil cenário enfrentado por milhares de refugiados e migrantes venezuelanos que aderiram à interiorização, política institucional, que supostamente os garantiria maiores oportunidades de autossuficiência e de (re)inclusão social. Porém, o que se constata é o crescimento das denúncias de violações de direitos. Desamparados, muitos buscam na informalidade a fonte do seu sustento e dos seus entes queridos. Além disso, a acachapante desigualdade em razão do gênero/sexo enfatiza a desvantajosa posição da mulher no mercado de trabalho. Tais conjunturas foram identificadas entre os venezuelanos entrevistados no interior fluminense. Com base na pesquisa exploratória, o levantamento bibliográfico e as entrevistas semiestruturadas como metodologias, este trabalho revela que as venezuelanas que foram interiorizadas com a intenção de trabalhar logo pediram demissão. A xenofobia, a superexploração e o assédio as debilitaram fisicamente e psicologicamente. Finalmente, considera-se que os gargalos da interiorização comprometem seu intuito e efetividade plena, tornando-os potencialmente nocivos aos seus beneficiados.

## Palavras-chave: Venezuelanos. Trabalho. Imigração. Rio de Janeiro. Direitos trabalhistas.

## Introdução

 Ao estudar a imigração venezuelana no Brasil, constata-se que a política de interiorização promove os deslocamentos voluntários de refugiados e imigrantes venezuelanos em condição de extrema vulnerabilidade no estado de Roraima para outras regiões do país. Essa estratégia tem como pressuposto a (re)inclusão socioeconômica mediante a parceria entre Estado, órgãos intergovernamentais e o setor empresarial privado, cuja responsabilidade é designar postos de trabalho para esse público, muitas vezes, em troca de subsídios.

Todavia, constata-se facilmente que muitas dessas interiorizações logo se convertem em falsas promessas ou até mesmo em casos e violações dos direitos desses imigrantes, que, sem amparo, se submetem às mais variadas formas de humilhação, trabalhando em condições análogas à escravidão, com agravantes de xenofobia, machismo e misoginia.

 Com isso, o presente trabalho tem como objetivo discutir o preocupante quadro de violações dos direitos vivido por muitos venezuelanos interiorizados. Baseada em relatos de mulheres imigrantes e refugiadas interiorizadas no interior do estado do Rio de Janeiro, a pesquisa descobriu que elas foram ludibriadas pela empresa que as contratou. Desempregadas ou na informalidade, essas mulheres dependem de doações e/ou da renda de seus esposos e filhos. Esse cenário apenas reforça a conjuntura estrutural de desigualdade de trabalho e renda em razão do gênero/sexo, enfrentada por milhões de imigrantes e refugiadas.

## Material e Métodos

 Optou-se pelo uso da pesquisa exploratória. Ferreira de Oliveira (2011) aponta que essa abordagem é a mais indicada para eventos que demandam uma melhor compreensão da problemática investigada. Para o autor, esse método propõe maior flexibilidade ao pesquisador, baseada nos dados e indícios que se manifestam durante a investigação.

 Outrossim, foi empregado o levantamento bibliográfico de dados e fontes secundárias. Ferreira de Oliveira (2011) aponta que esse recurso tem como objetivo de familizarizaro pesquisador com o seu objeto de estudo.

 E por fim, utilizaram-se as entrevistas semiestruturadas. Com base em Triviños (1987), considera-se que esse modelo proporciona aos entrevistados maior sensação de liberdade e descontração. Já para o entrevistador, há maior autonomia de descartar e/ou eliminar questões previamente elaboradas e consideradas irrelevantes ou descabidas ao decorrer da conversa.

## Resultados

 Nesta seção, apresenta-se uma síntese do estudo, fundada na análise das entrevistas realizadas com onze venezuelanos (5 homens e 6 mulheres) adultos e reterritorializados no interior fluminense, no primeiro semestre de 2023. De início, foi narrado que a promessa de empregos formais destinada a oito venezuelanas em uma fábrica de roupas em um determinado município fez com que cerca de dez famílias se interiorizassem no fim de 2018.

Porém, as expectativas rapidamente se revelaram ilusórias. Logo nas primeiras semanas no novo emprego, as costureiras se depararam com um cenário estarrecedor. Segundo elas, o espaço de trabalho era insalubre, e os maquinários eram precários e obsoletos. Ademais, elas denunciaram que situações de assédio, constrangimentos, machismo e xenofobia por parte da diretoria e alguns colegas de trabalho eram rotineiras.

Por fim, elas também denunciaram uma série de irregularidades, como a superexploração e sobrecarga de trabalho, o atraso constante no pagamento dos salários, a manipulação do controle de entrada e saída para justificar descontos inexplicáveis, além da exigência de presença fora do expediente - em feriados, domingos e horas extras - sem os devidos pagamentos garantidos pela legislação trabalhista. Como resultado, as venezuelanas se demitiram depois de apenas alguns meses. De acordo com elas, o ambiente de trabalho tóxico começou a debilitar sua saúde mental e física.

Até o momento das entrevistas, nenhuma das venezuelanas haviam retornado ao mercado de trabalho desde a saída da fábrica, em meados de 2019. Questões de saúde e as funções sociais tradicionalmente impostas às mulheres, como tarefas domésticas e a criação de filhos e netos, foram as principais razões alegadas. Diante disso, a maioria delas recorreu à informalidade como meio de incrementar a renda familiar. Os famosos “bicos” e outros serviços realizados em casa foram as únicas alternativas encontradas.

Enquanto o emprego informal se tornou a única opção tangível para essas mulheres, os homens conseguiram se inserir majoritariamente no mercado de trabalho formal. Enquanto mais da metade dos entrevistados estava trabalhando com carteira assinada, todas as seis entrevistadas se encontravam desempregadas ou na informalidade, como exibe a tabela seguir:

**Tabela 1** - Tipos de trabalho dos venezuelanos interiorizados entrevistados por gênero/sexo

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipo de trabalho** | **Masculino** | **Feminino** |
| Formal (Carteira assinada) | 3 | 0 |
| Informal | 1 | 4 |
| Autônomo | 1 | 0 |
| Desempregado (a) | 0 | 2 |
| **Total** | **5** | **6** |

**Fonte**: O autor. Elaboração própria.

## Conclusões

Desemprego, informalidade e renda familiar insuficiente: esse foi o panorama encontrado entre praticamente todos os venezuelanos que cederam os seus relatos. Esse quadro foi agravado ainda mais pela pandemia de COVID-19.

Outro destaque foi a enorme desigualdade entre mulheres e homens venezuelanos no que diz respeito à empregabilidade. Entende-se que o patriarcalismo estrutural, a misoginia, o sexismo e a discriminação salarial de gênero/sexo continuam a empurrar milhares delas ao desemprego, à informalidade, à precarização e à superexploração.

No entanto, é importante salientar que o caso citado é apenas um exemplo dentre inúmeros. Segundo Simões e Hallak Neto (2020), enquanto um homem não-nacional empregado de carteira assinada no Brasil tinha um rendimento mensal médio de R$ 5.800 em 2019, uma mulher não-nacional recebia cerca de um terço a menos.

Ainda nesse contexto, dados apontam que os migrantes e refugiados venezuelanos estão mais sujeitos ao desemprego, à informalidade e aos baixos salários. Um levantamento realizado por Da Frota Simões; Da Silva e De Oliveira (2017) mostrou que, em 2017, que 67% dos venezuelanos em Boa Vista estavam desempregados ou trabalhavam de modo informal.

A desvantagem persiste mesmo entre os interiorizados que trabalham com carteira assinada. Cavalcanti; Brasil e Dutra (2018) apontam que os venezuelanos possuíam as menores médias salariais de admissão entre os trabalhadores provenientes de países da América Latina e Caribe, em 2017. Já em 2021, dados da ACNUR (2021) e de Simões e Hallak Neto (2023) apontaram que o rendimento médio de um migrante ou refugiado venezuelano interiorizado era 83% menor do que a renda média do trabalhador brasileiro, enquanto a diferença em relação aos trabalhadores de outras nacionalidades chegava a impressionantes 309%.

Ademais, os entrevistados revelaram sentir-se abandonados. Para eles, os órgãos competentes tratam suas necessidades com desinteresse. À vista disso, concorda-se com Almeida; Gama e Paiva (2022), que apontam que a ineficácia na fiscalização, a ausência de políticas públicas e a falta de estratégias unificadas e eficazes reforçam a exposição dos venezuelanos aos mais variados tipos de abusos e vulnerabilidades. Por fim, considera-se que a realidade da interiorização está bem longe da sua proposta oficial. O descaso do Estado e de suas instituições parceiras serve apenas para dificultar ainda mais a já arduíssima experiência dos migrantes e refugiados venezuelanos na sociedade brasileira.

## Referências

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Pesquisa aponta que refugiados e migrantes venezuelanos têm maior acesso a emprego após interiorização**. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/pesquisa-aponta-que-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-tem-maior>. Acesso em: 03 fev. 2025.

ALMEIDA, Rebeca; GAMA, Heloisa; PAIVA, Ludmila. A securitização do humanitarismo: percepções sobre a interiorização de imigrantes venezuelanos no Brasil. Informalidade e Proteção dos Trabalhadores Imigrantes: Navegando pelo Humanitarismo, Securitização e Dignidade. 1st ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 13-24, 2022.

CALVACANTI; Leonardo; BRASIL, Emmanuel; DUTRA, Delia. A movimentação de trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. In: CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de (org.). **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018, p. 75 – 112.

DA FROTA SIMÕES, Gustavo; DA SILVA, Leonardo Cavalcanti da Silva; DE OLIVEIRA,

Antônio Tadeu Ribeiro. Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista. In:

DA FROTA SIMÕES, Gustavo (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração**

**venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017, p. 21 – 48.

FERREIRA DE OLIVEIRA, Maxwell. **Metodologia científica**: Um manual para a realização

de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

HALLAK NETO, João; SIMÕES, André. Desigualdade de rendimento do imigrante no

mercado de trabalho formal brasileiro. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu;

MACEDO, Marília de (org.). **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série

Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança

Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral.

Brasília, DF: OBMigra, 2020, p. 81 – 110.

\_\_\_\_\_\_\_. Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos**: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023, p. 45 – 66.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa

qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.